

16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

OS ENTRELAÇAMENTOS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UMA EXPERIÊNCIA INTERSECCIONAL E INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Milena Carlos de Lacerda¹

Jamile Luz Moraes Monteiro²

Cristina Vianna Moreira dos Santos³

Ismael Barreto Neves Júnior⁴

Ingrithy Lorrana José Martins⁵

Resumo: Esse relato de experiência objetiva visibilizar as ações do Projeto de Extensão “Edis Interseccionalidade”, realizado na Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2019. A partir do formato de grupo de estudos sobre Gênero, Raça e Classe, o projeto de extensão buscou proporcionar um espaço de debate plural sobre as diversidades e diferença no ambiente acadêmico.

Palavras chave: Extensão; Raça; Gênero; Classe.

THE GENDER, RACE AND CLASS INTERWEAVINGS: AN INTERSECTIONAL AND INTERDISCIPLINARY EXPERIENCE ON UNIVERSITY EXTENSIONS

Abstract: This experience report aims to show the actions of the Extension Project: “Edis Interseccionalidade” that occurred at Universidade Federal do Tocantins in 2019. Using a group study format and versing on Gender, Race and Class themes, the extension project sought to create a plural space for debating the diversity on the academic environment.

Keywords: Extension; Race; Gender; Class.

OS ENTRELAÇAMENTOS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE: uma experiência interseccional e interdisciplinar de extensão universitária

INTRODUÇÃO

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com.

² Professor com formação em outras áreas, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com.

³ Professor com formação em outras áreas, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com.

O presente artigo reporta-se à experiência do Projeto de Extensão 'EDIS Interseccionalidades (Encontro de Diálogos Interdisciplinares sobre Interseccionalidades), que se articula ao Projeto 'GRELO - Ciclo de Debates e Grupos de Estudos Feministas e Queer', vinculado ao Programa de Extensão 'Assessoria em Gênero e Diversidade', no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Campus de Miracema.

O “EDIS Interseccionalidades” relaciona-se com as iniciativas do “EDIS-Feminista” e “EDIS Masculinidade”, que retomam a relevância de grupos de estudos nos processos formativos da extensão universitária. Essas iniciativas constituem-se como ações continuadas realizadas pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (NEPESCD/UFT), vinculado ao curso de Serviço Social.

Vale destacar que, ao longo de 10 (dez) anos, o NEPESCD vem sistematizando ações de pesquisa e extensão no âmbito da universidade, protagonizando um ineditismo de um diagnóstico acerca da homofobia e do sexismo, na capital e no interior do estado do Tocantins. Cria-se e registra-se a memória sobre a população LGBT. A interlocução entre o fazer ciência e o fazer política é atravessada por uma relação orgânica entre atitude investigativa e interventiva. Esse reconhecimento, oportunizado pela perspectiva de totalidade, pressupõe que a visibilidade do debate de gênero e da raça está calcada na base material das práticas sociais, nas condições objetivas de existência e na dimensão imaterial do campo das ideias.

Nessa perspectiva, o Projeto de Extensão “Edis Interseccionalidade” realizou-se no formato de grupo de estudos sobre Gênero, Raça e Classe, objetivando proporcionar um espaço de debate plural sobre diversidade e diferença no ambiente acadêmico. A partir da metodologia expositiva e dialogada, o grupo de estudos destinou-se à comunidade acadêmica e externa, com vistas a instrumentalização de estudantes, agentes públicos e militantes para o enfrentamento do racismo, sexismo e homofobia, numa perspectiva interseccional.

Neste artigo, iremos visibilizar o debate da centralidade da interseccionalidade nas relações sociais, a partir de três desdobramentos centrais: a) as ideias de articulação de gênero, raça e classe; b) a experiência em pautar o debate étnico-racial e de gênero no âmbito da universidade, a partir da experiência do projeto de extensão, registrando as dinâmicas, a organização e as reflexões adjacentes e c) o perfil dos participantes do projeto de extensão.

1. A CENTRALIDADE DA INTERSECCIONALIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.

A universidade revela-se como espaço da razão, amparada pelo conjunto de conhecimentos da racionalidade burguesa, controlando e resguardando teorias consideradas legítimas e válidas para a sociabilidade capitalista. Nardi (et al. 2013) aponta que a universidade relaciona-se com as práticas estruturantes das dinâmicas sociais, pois as relações de poder, cristalizadas em seu interior, refletem as formas de dominação de uma sociedade. A própria inserção nesse espaço é marcada pela ritualística dos trotes, que reiteram os efeitos concretos das hierarquias baseadas na raça/cor, expressão/identidade de gênero, gênero e sexualidade.

Os casos emblemáticos tiveram amplo alcance midiático, como o trote racista da “Chica da Silva” e da saudação nazista realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013. A conotação racista, sexista e transfóbica, veiculada em determinados trotes, não são ocorrências pontuais, pois fazem parte de um contexto institucional e estrutural muito mais abrangente.

Em contramão a essa perspectiva, ressaltamos a contribuição do debate da epistemologia feminista na produção do conhecimento, haja vista que ao longo da história, as feministas polemizaram a conotação misógina, heteronormativa e cissexista do conhecimento científico. Em face desses apontamos, iremos refletir sobre a fundamentação teórica dos entrelaçamentos de gênero, raça e classe, a partir do prisma interseccional.

De antemão, sinalizamos que a proposta dos estudos, acerca da interseccionalidade, suscita várias inquietações no marco do pensamento feminista, que merecem ser problematizados e que não conseguiremos adensar nos limites deste artigo. Vale dizer ainda que, se por um lado, a epistemologia feminista nos auxilia nas compreensões de gênero, raça e sexualidade, por outro, ela não representa um todo homogêneo e unificado que irá conceituar unilateralmente essas intersecções. Sua trajetória é marcada por distintas clivagens em momentos específicos, em relação às aproximações teóricas e práticas políticas, constituindo um movimento diversificado em perspectivas, objetivos e conceituações.

Essa primeira compreensão é importante para nos aproximarmos das questões interseccionais e das provocações realizadas durante o projeto de extensão, que entrelaçaram as questões das desigualdades e das diferenças, da maneira como o poder opera e das possibilidades de resistência e agenciamentos.

De acordo com Piscitelli (2008), as primeiras formulações da interseccionalidade foram pensadas como alternativas para o conceito de “patriarcado”, concebido como um sistema fixo de dominação masculina, cujo caráter trans-histórico unificava a categoria mulher. Na década de 80, essa estreiteza do patriarcado, que se sobrepõe às diferenciações de classe, raça e localidade, foi contestada por intensas reivindicações no

interior do Movimento Feminista, especialmente, as feministas negras e de terceiro mundo, em oposição à uniformidade das opressões tuteladas do patriarcado.

É, nesse contexto, que a interseccionalidade ganha centralidade teórico-política, no pensamento feminista. A ocorrência da interseccionalidade nos estudos de gênero é devedora da contribuição das feministas negras norte-americanas. As estudiosas que apontam para essa direção iam além da combinação e sobreposição das formas da desigualdade, mas na capacidade de agenciamento, que confrontava a denúncia com a resistência e superação.

Nessa perspectiva, a interseccionalidade é compreendida uma ferramenta analítica e política para apreensão da articulação das desigualdades e diferenças, entendendo-as “em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (PISCITELLI, 2008, p. 266). Por outro lado, a incorporação de outras diferenças, no seio do debate de gênero, é atravessada por determinadas correntes feministas que defendem que, dar peso a elas, é fragmentar a identidade coletiva das mulheres, esvaziando e mascarando as relações sociais.

Hirata (2014) acentua que o termo “interseccionalidade” é utilizado pela primeira vez no texto da jurista afro-americana e feminista Kimberlé W. Crenshaw, em 1989, para designar a interdependência das relações de poder de raça, classe e sexo. Sua origem remonta ao movimento intitulado Black Feminista, no final da década de 1970, e alastra-se com ampla repercussão na segunda metade dos anos 2000, cuja crítica rebate a apreensão da “mulher” universal do feminismo branco, classe média e heteronormativo.

Para fins didáticos, a autora retoma o caso descrito por Crenshaw de um contencioso jurídico na fábrica automobilística da General Motors (GM), nos EUA, em que o tribunal desagregou e recusou a acusação de discriminação racial e de gênero por parte de uma mulher afro-americana, afirmando que a GM recruta afro-americanos para trabalhar no chão de fábrica e que também recruta mulheres. Contudo, o que Crenshaw sublinha é que os empregados afro-americanos não eram mulheres e, tampouco, as mulheres recrutadas eram negras.

Simões (2014) observa que o impacto dos usos do conceito de interseccionalidade incide na produção de vitimização advindas da somatória de eixos de opressão. Operam-se efeitos de sujeição pela acumulação de opressões, retirando a capacidade de agência. Sob esse ângulo, é perigoso elegermos a “maior” ou mais intensa opressão, bem como, estabelecer um status de acúmulo das opressões, haja vista que as opressões não podem ser montadas como um lego, elas se subsistem e se entrecruzam em relações contraditórias, complexas e recíprocas.

Reiteramos que, o principal desafio do marco analítico da interseccionalidade, é o de combinar a atenção às sobredeterminações estruturais de eixos classificatórios com o esforço de compreender as experiências que entrelaçam as diferenças, sem sacrificar a possibilidade de agência (SIMÕES, 2014).

Por esse motivo, partimos do pressuposto de que não existe hierarquia das opressões: temos a experiência da articulação das multiplicidades das categorias de diferenciação, que se interagem de diferentes formas. A perspectiva interseccional nega eixos classificatórios⁶ de opressão, pois cria uma escala de valor da dupla e tripla opressão, pois “a opressão não é contra uma parte da pessoa que é subalternizada; ao contrário, a opressão é contra o sujeito inteiro, como um topo” (FERREIRA, 2014, p. 109).

Logo, o subprojeto EDIS Interseccional propõe a necessária interlocução sobre gênero, raça e classe social de maneira interdisciplinar, pois a eleição de determinadas categorias, de forma isolada, pode reforçar a estrutura classista, racista e sexista nas relações sociais. Tais elementos são indissociáveis do enfrentamento ao preconceito e às práticas discriminatórias, pois gênero, raça e classe são estruturantes da atual sociabilidade e da dinâmica que o capitalismo assume das econômicas periféricas.

2. O PROJETO DE EXTENSÃO ‘EDIS INTERSECCIONALIDADES’’: EXPERIÊNCIA, ARTICULAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE

O projeto de extensão “Edis Interseccionalidades”, realizou-se sob o formato de grupo de estudos quinzenais, com duração de 06 (meses), uma média de 26 (vinte-seis) participantes por encontro, e contou com a participação de discentes, de graduação e pós-graduação, dos quatro cursos presentes na UFT/Campus de Miracema.

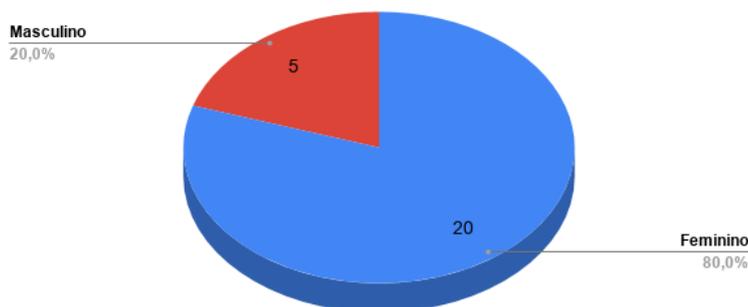
O curso foi direcionado por três coordenadoras, sendo, uma docente de Serviço Social, duas de Psicologia e dois acadêmicos bolsistas. De antemão, o projeto tinha a proposta de elucidar o debate a respeito de gênero, raça e classe, em uma perspectiva intersetorial, conversando aos diversos saberes, ou seja, “[...] a intersetorialidade tem sido considerada como uma nova lógica de gestão, que transcende um único “setor” [...]. Além disso, relacionada à sua condição de estratégia à [...] otimização de saberes” (PEREIRA, 2014, p.23). A visão intersetorial e interdisciplinar contribuiu para direcionar a aprendizagem dos participantes do curso, a partir das suas áreas de conhecimento, experiências sociais e profissionais, leitura da realidade e vinculação subjetiva com a temática. Para tanto, foi

⁶ Um problema está justamente quando a crítica do mundo compartimentalizado de operação do direito desliza para uma descrição formalista de relações sociais, fatiando experiências sociais complexas em uma sequência de variáveis ou categorias censitárias (SIMÕES, 2014, p. 3-4).

necessário mediar o debate de gênero, étnico-racial e das classes sociais, com a conjuntura estrutural, as relações sociais contemporâneas, a agudização das desigualdades e das diferentes formas de violência.

No instrumento de coleta de dados, aplicado no primeiro dia da extensão, averiguamos que 80% das/dos participantes se declararam do gênero feminino e, 20%, do masculino. Notamos a participação efetiva do público feminino, quando se trata de debates com esse tema.

Gênero

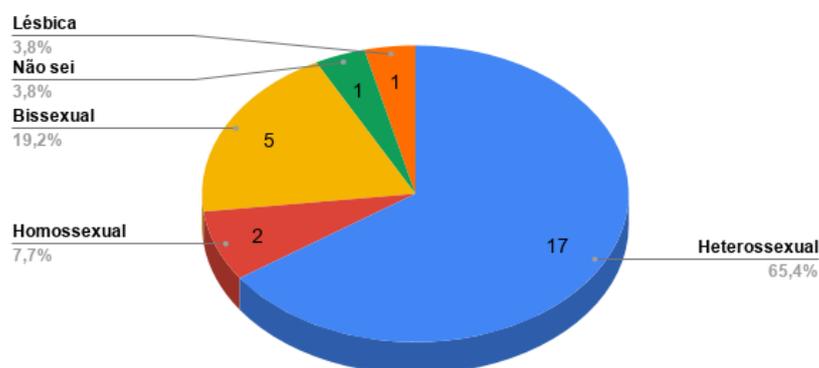


Fonte: Instrumento de coleta.

Quanto à orientação sexual, identificamos que 65% das/os participantes se reconhecerem como Heterossexuais; 7%, Homossexuais; 19%, Bissexuais; 3%, Lésbica; e 1%, Não sabe. Historicamente, a sexualidade foi determinada pela noção biológica e reprodutiva, relacionada à naturalização do gênero. A sociedade é compreendida como um conjunto de complexos que está em constante mudança. Entendemos que, na história da humanidade, diversas culturas delinearão e conduziram as formas de ações dos sujeitos sociais. Isto é, historicamente, nota-se que o ideário da conformação em torno de uma identidade social, estipulou e cobrou dos sujeitos determinadas formas de comportamento, em torno do considerado “normal”, regimentado pela moralidade e a norma.

No entanto, a compreensão que defendemos é que a sexualidade permeia os modos que elaboramos os desejos, as fantasias, as trocas, a forma que o poder opera, as corporalidades, as questões identitárias, a socialização.

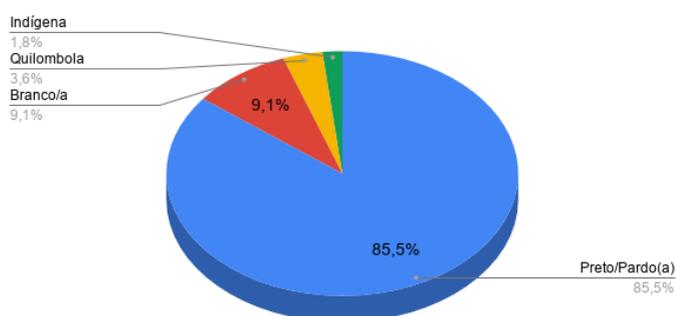
Orientação Sexual



Fonte: Instrumento de coleta.

Quanto à Raça/Etnia, 85,5% das/os participantes se declararam Pretos/Pardos (a); 9%, Brancos/as; 4%, Quilombola/Indígena, dialogando com o perfil majoritário dos estudantes da UFT.

Raça/Etnia



Fonte: Instrumento de coleta.

Quanto aos cursos participantes, tivemos 46% das/os participantes do curso de Psicologia, 38% do curso de Serviço Social, 3%, Pedagogia e, 3%, outros cursos. A alta adesão pelo grupo é relevadora, num contexto de criminalização da universidade pública e da intolerância a determinados debates, que permeiam a vida social. É, portanto, nesse sentido, que notamos que as/os maiores interessados/as concentram-se no espaço das universidades e nos movimentos sociais. Vale problematizar, ainda, que o projeto de extensão atuou em contramão às forças políticas e econômicas do estado que, tendencialmente, se manifestam no âmbito da universidade e reiteram construções de gênero, raça/etnia e classe social, a partir da ótica normativa, familista, racista e patriarcal.

No que diz respeito ao referencial teórico, propomos um percurso na direção de localizar os saberes gerais em relação às interfaces de raça/etnia, classe social e gênero, já que é uma pauta importante e oferece um pontapé inicial para o estudo da interseccionalidade. No intuito de fomentar a horizontalidade do processo de construção de conhecimento, propomos uma metodologia de corresponsabilização em que não predominasse o papel do/a professor/a formador/a, mas que todos/as pudessem contribuir e facilitar com sínteses, apresentações, inquietações e exemplificações.

Os encontros foram subdivididos por temáticas que permeiam o guarda-chuva da interseccionalidade: a) "Interfaces do Feminismo"; b) "Pensando sobre interseccionalidade: contextos e perspectivas", c) Desafios metodológicos da Interseccionalidade e d) Pesquisa Interseccional: um diálogo interdisciplinar.

Durante o cronograma do curso, visibilizamos 01 (um) ano do assassinato da Vereadora/Mestra/Ativista Marielle Franco, no Rio de Janeiro, através de uma ação política, para visibilizar a trajetória dessa militante dos direitos humanos e debater o cenário de retrocesso da conjuntura política brasileira. E, para marcar a finalização do projeto de extensão, organizamos a Mesa Redonda intitulada "*Diversidade e Diferenças*": "*As perspectivas teóricas e metodológicas do feminismo*", a qual contou com professoras pesquisadoras da área das Artes, do Direito e das Relações Internacionais, que, ao longo das suas trajetórias acadêmicas, focalizou o estudo da raça e do gênero nas pesquisas acadêmicas e científicas.

Compreendemos que essas temáticas são transversais à formação acadêmica e perpassam o conteúdo das licenciaturas e bacharelados presentes no campo. Principalmente, quando remetemos o perfil da população brasileira e, em particular, o cenário cultural, político e econômico do Tocantins. A população tocantinense é composta por imigrantes de várias partes do país. Segundo informações do Governo do Estado, o contingente populacional agrega a população indígena de sete etnias, totalizando cerca de 10 mil indígenas, distribuídos em 82 aldeias. Além das etnias indígenas, são contabilizadas cerca de 38 comunidades quilombolas, localizadas de norte a sul do estado do Tocantins.

No entanto, o Projeto de Extensão Edis Interseccionalidade oportunizou debates e saberes que não são comumente trabalhados em sala de aulas. Nesse aspecto, é necessário refletir sobre quais sujeitos estão produzindo conhecimento na órbita da universidade⁷. Quais temáticas são tidas como relevantes ao rigor acadêmico? As quais perspectivas filiam-se? De que forma os outros saberes são qualificados?

⁷De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, o grupo com maior representação na docência de pós-graduação é o de homens brancos com doutorado: são 13.198, o que representa 24%. Já as professoras brancas com a mesma escolaridade na docência da pós totalizam 19% do total, enquanto que as mulheres negras não chegam a nem 3% do quadro docente. Disponível em:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que, a continuidade de grupos de estudos, que envolvem a discussão da diferença e desigualdade, é fundamental para disseminar a produção de conhecimento em gênero, raça e sexualidade, correlacionando saberes acadêmicos e do ativismo do movimento social, bem como, promover o respeito à diversidade étnico-racial, sexual, de gênero, a partir de debates e ações de estudo, numa perspectiva interseccional.

Desta forma, entendemos que, inserir no espaço universitário as discussões sobre o enfrentamento ao sexismo e ao racismo, bem como, combate à homofobia e questões que “escapam” à rigidez das construções de currículo educacional, tem base no compromisso de uma construção de sociedade ética, com processos de radicalidade democrática e a humanização.

Pois, a luta contra as diferentes formas hierárquicas, injustiça e subalternidade, leva à compreensão de que, nos mantermos em silêncio, é compactuar com as formas hegemônicas de opressão. A inserção em causas diversas, daquelas que posso ter autoridade da experiência, vincula-se com os valores ontológicos fundamentais da liberdade, equidade, universalidade, socialização e emancipação, democracia política e econômica, universalização dos direitos e serviços, cidadania, justiça social, direitos humanos e pluralismo no campo democrático, que supõe direcionamentos viabilizadores do respeito à diversidade, da defesa da autonomia e da alteridade, e da recusa do arbítrio, do autoritarismo, da discriminação e do preconceito (BARROCO, 2009).

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. Serviço Social e Pesquisa: Implicações Éticas e Enfrentamentos Políticos. In: Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a formação profissional. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS. Ano IX, n. 17, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na Tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Dossiê Parágrafo. V.5, N.1. Jan/Jun.2017.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, Interseccionalidades e Seletividade pena na experiência de travestis presas. *Revista Temporalis*: Brasília –DF, ano 14, n. 27, p.99-117, jan./jun.2014.

GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, 1983.

<<http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>> Acesso em 11 abr 2019.

- NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e Psicologia feminina*. Editora Devires. Salvador-Bahia, 2017.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética*. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N.L.T; SOUZA, R. G. (Org). *Interseccionalidade na agenda das políticas sociais*. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 23-39.
- PISCITELLI, A. *Gênero: a história de um conceito*. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2009 - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).
- SIMÕES, J. A. *Diferença e desigualdade em pesquisa sobre sexualidade e gênero: questões para discussão a partir do marco das "interseccionalidades"*. Comunicações Coordenadas – RBA, Natal, 2014.